

A inserção ocupacional de migrantes na Região Metropolitana de Porto Alegre: um estudo exploratório a partir da Pesquisa de Emprego e Desemprego nos anos 90*

*Marilene Dias Bandeira**
Telmo Pires Mota****

O objetivo deste estudo é a exploração de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), no período abr./92-abr./98, buscando iluminar a problemática da inserção ocupacional de migrantes no mercado de trabalho e o conjunto de oportunidades ocupacionais nessa região metropolitana.

A crise econômica brasileira, iniciada nos anos 80, refletiu-se no mercado de trabalho e no conjunto de oportunidades ocupacionais, afetando diferenciadamente as populações urbanas, especialmente aquelas residentes nas áreas metropolitanas brasileiras, nas quais se concentravam predominantemente atividades econômicas urbano-industriais, ou seja, emprego e oportunidades de inserção ocupacional. Aos reflexos da dinâmica dessa crise — abrangendo períodos de retomada de crescimento econômico, estagnação e períodos recessivos — sobre a estrutura ocupacional nos anos 90 devem ser adicionados os efeitos da internacionalização da economia, que, a par de constituir fator explicativo importante dessa crise na esfera propriamente econômica (produção, distribuição, finanças, etc.), intervêm na esfera da geração de empregos, restringindo tendencialmente a oferta de postos de trabalho no contexto da concorrência internacionalizada¹, especialmente pela tendência, aparentemente universal, de modificações nas relações sociais de

* Versão preliminar deste artigo foi submetida ao XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais.

** Estatística, Técnica da Fundação de Economia e Estatística e Professora da UFRGS.

*** Professor do Departamento de Matemática e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS.

¹ Ver Baltar (1996)

produção, traduzidas em tendências de declínio do emprego assalariado permanente com garantias sociais, atributo associado ao capitalismo do Pós-Guerra. (ALMEIDA, LARANGEIRA, 1996).

Paralelamente, nos anos 80 o ritmo de crescimento populacional das Regiões Metropolitanas brasileiras declina em termos gerais; por conseqüência, delimitam-se modificações sobre as anteriores tendências de concentração demográfico-espacial². Diferentes interpretações têm sido formuladas para a compreensão dessa tendência de aparente reversão de um padrão de urbanização, que se configurava nas décadas anteriores tanto no âmbito demográfico quanto no âmbito da geografia econômica, e das teorias de urbanização (fortalecimento de centros urbanos não metropolitanos, efeitos de defasagem de crises intersetoriais, etc.).³ Parece consensual, entretanto, o reconhecimento de que, em períodos recentes, a par do declínio generalizado dos níveis de fecundidade (já relativamente baixos nas grandes áreas urbanas), afetando a dinâmica demográfica nacional, se delimitou uma diminuição numérica da contribuição migratória ao crescimento demográfico das áreas metropolitanas, associada ao arrefecimento do volume de correntes migratórias para essas áreas, à emergência de migrações de retorno, a eventuais fluxos migratórios para fora de áreas metropolitanas, à emigração internacional e ao circuito de migrações de curta duração⁴, etc. Apesar da queda do volume das migrações para as áreas metropolitanas, tem sido detectada a presença persistente de migrantes relativamente recente nessas áreas, orientados significativamente, nas idades ativas, ao mercado de trabalho⁵.

Este estudo focaliza a problemática da inserção ocupacional da população migrante nos anos 90 — vale dizer, em período de declínio e de redefinição tanto do lado do mercado de trabalho e de oportunidades ocupacionais quanto da componente migratória na dinâmica populacional metropolitana — em uma região metropolitana relativamente industrializada no escalão intermediário das áreas metropolitanas brasileiras: a Região Metropolitana de Porto Alegre, denominada a seguir, *tout court*, RMPA.

² Confirmada nos anos 90 pela contagem de população.

³ Ver, por exemplo, o livro organizado por Gonçalves (1995), em especial, o texto de Azzoni (1995).

⁴ Martine e Pelliano (1978) sugerem uma espécie de nomadismo: migrantes que entram e saem de áreas metropolitanas, permanecendo curtos espaços de tempo nessas áreas.

⁵ Como será apresentado posteriormente, a partir dos dados da PED-RMPA, entram anualmente em torno de 30.000 migrantes na População Economicamente Ativa da Região Metropolitana de Porto Alegre.

A ótica de análise adotada desenha-se a partir de hipóteses demográficas e sociológicas, que apontam as características de migrantes e a problemática de sua inserção ocupacional, dinamicamente diferenciada em relação à população natural, condicionada essa ótica por limitações impostas pelos dados⁶ (ver seção 2). Essas hipóteses, em linhas gerais, indicam melhorias nos padrões de inserção ocupacional de migrantes, com o aumento do tempo de permanência nos espaços de destino, na direção da homogeneização da situação frente ao mundo do trabalho entre migrantes e naturais, o que se denominou inserção ocupacional dinamicamente diferenciada. Essas tendências encontradas por Martine e Pelliano (1978) nas Regiões Metropolitanas brasileiras, considerando dados do Censo Demográfico de 1970, são matizadas por esses autores, ao constatarem a eliminação de migrantes menos qualificados do mercado de trabalho e a incapacidade, no contexto de dados disponíveis, de captarem movimentos de remigração.⁷ Adicionalmente, as condições de inserção de migrantes nos mercados de trabalho metropolitanos associam-se a atributos dos migrantes: idade, gênero, qualificação, instrução, etc.: o usualmente englobado no conceito de seletividade migratória.

A análise que será desenvolvida com informações elaboradas com base em dados da PED foi ordenada a partir de algumas questões formuladas sobre os elementos indicados supra. Estas, que estão resumidas a seguir, constituíram focos balizadores; sua abordagem restringe-se, como indicado na base de dados.

- Como evoluiu no tempo, segundo as diferentes vicissitudes e/ou conjunturas da dinâmica de emprego e da economia, a inserção dos migrantes no mercado de trabalho e no conjunto de oportunidades ocupacionais?

- Nas diferentes conjunturas de mercado de trabalho e no conjunto de oportunidades ocupacionais, a População Economicamente Ativa (PEA) migrante foi afetada diferentemente?

⁶ Dados estes decorrentes do tamanho da amostra como impossibilidade de certas especificações importantes para a abordagem de algumas questões centrais na problemática, mas carentes de representatividade; outros como organização e armazenagem de dados (que dificultam, por exemplo, reconstituição de agregados familiares ou domiciliares). Adicionalmente, pode-se destacar carência de dados de outra natureza (especialmente, dados econômicos, que possibilitariam a precisão do quadro geral no qual se engendram os problemas de emprego, devido à inexistência de censos econômicos no início de 1990, às alterações de levantamentos, etc)

⁷ Martine e Pelliano (1978) referem-se predominantemente a levantamentos censitários; a base de dados que será considerada permite captar os migrantes em cada período anual, como abordado na seção 2.

- A partir de qual período de residência a PEA migrante e a PEA natural não se diferenciam significativamente?
- Quais as características demográficas dos migrantes recentes na População em Idade Ativa (PIA) e na PEA?
- Podem-se realizar algumas inferências sobre migração para a RMPA?
- A qualificação interfere na inserção no mercado de trabalho?
- A participação dos migrantes nas situações de precarização das relações de trabalho é diferente? O tempo de residência é variável interveniente?
- Quais setores e formas de relação de produção absorvem os migrantes recentes?

1 - Aspectos metodológicos

A Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA) foi implantada em 1992 pela Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), órgão vinculado à Secretaria da Coordenação e Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul.⁸

A PED tem uma natureza claramente conjuntural, buscando captar, mensalmente, variações no mercado de trabalho⁹ e absorção da população ativa, cobrindo amplo conjunto de características sócio-econômicas e demográficas. Apesar de a problemática da inserção populacional na força de trabalho metropolitana constituir objetivo central da pesquisa — por consequência, do desenho da amostra —, certos quesitos permitem identificar, em certo sentido, uma qualificação migratória de respondentes e, a partir dessa amarração, captar atributos da ocupação de indivíduos nessa categoria. Este estudo orienta-se, pois, a partir da reconstituição da população migrante, para a análise de certas

⁸ Essa pesquisa é realizada mediante convênio da FEE com a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social-Sistema Nacional de Emprego (FGTAS/SINE-RS), com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação SEADE-SP) e com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE).

⁹ Ao longo do texto, usar-se-á, de forma algo imprópria do ponto de vista conceitual, a expressão **mercado de trabalho**, seguindo o que se tornou usual em análises de ocupação, especialmente da PED, para designar o complexo de inserções ocupacionais, abrangendo formas não tipicamente capitalistas — como conta própria, autônomos, etc. — que não envolvem necessariamente **venda da força de trabalho**, característica essencial do mercado de trabalho. Em visão mais neoclássica, envolvendo, além da venda de **trabalho**, a venda de serviços, no caso da **conta própria**, por exemplo, a esse respeito, ver Sabóia (1994).

características de sua inserção ocupacional, comparando-as com as do segmento populacional não migrante, analisando populações migrantes segundo distintos tempos de residência, etc. A circunstância indicada dos objetivos centrais da pesquisa de base dos dados e informações (particularmente o tamanho da amostra e condições de sua expansão) condiciona focos de análise e mesmo impõe limitações à plena validade de conclusões. Deve-se, portanto, na leitura do texto, ter presente a sua natureza exploratória. Focalizando-se de outro ângulo, a característica conjuntural da pesquisa, o grande número de levantamentos (73 ao todo) e a abrangência dos dados constituem elementos valiosos na captação de aspectos da problemática migratória e ocupacional metropolitana, especialmente em termos de formulação de hipóteses sobre a dinâmica dessa problemática, em particular a captação de reflexos de crises e flutuações conjunturais a serem validadas plenamente com elementos empíricos adicionais.

A condição migratória é reconstituída aqui segundo a variável **tempo de residência na Região Metropolitana de Porto Alegre**, a partir de questão aplicada a todos os residentes nos domicílios amostrados. Assim, consideram-se **migrantes** aquelas pessoas que declararam como último local de residência outros municípios do Estado do Rio Grande do Sul, outros estados e outros países. Dessa forma, os indivíduos que nasceram e sempre residiram na Região Metropolitana de Porto Alegre e aqueles que mudaram de um município para outro dentro da Região são considerados naturais e não-migrantes. Essa definição elimina da consideração a migração intrametropolitana — a unidade de análise é o território metropolitano¹⁰ — e não toma em conta o **local de nascimento**; inclui, pois, **como migrantes metropolitanos**, pessoas eventualmente naturais da área que retornam após uma emigração.

A análise a ser desenvolvida enfoca inicialmente os migrantes **recém-chegados**, uma possibilidade propiciada pela natureza conjuntural da PED, identificados como a população residente há menos de um ano. Esse contingente expressa as características individuais (sexo, idade, instrução, etc.), *grosso modo*, no momento da migração. Entretanto o volume do

¹⁰ A Região Metropolitana de Porto Alegre sofreu algumas mudanças em seu território desde sua delimitação na Lei Complementar nº 14 de 1973: a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de 1989 incluiu alguns municípios limítrofes, posteriormente, alguns distritos de municípios metropolitanos constituíram-se em novos municípios que não foram incluídos na Região Metropolitana. Nessa pesquisa, a Região Metropolitana de Porto Alegre é definida pelos municípios: Alvorada, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Eldorado do Sul, Estância Velha, Esteio, Gravataí, Guaíba, Glorinha, Ivoti, Nova Hartz, Novo Hamburgo, Parobé, Portão, Porto Alegre, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Triunfo, Viamão.

contingente populacional residente há menos de um ano — tanto pelo tamanho da amostra como pela aparente redução de correntes migratórias para as regiões metropolitanas — identificado nos levantamentos dificulta a introdução de especificações e detalhamentos de características dessa população em cada ano. Nesse sentido, procedeu-se a análises desse grupo considerando o agregado de todos os residentes há menos de um ano acumulado ao longo dos levantamentos. Assume-se que as vantagens de possibilitar a análise de características mais específicas superam eventuais perdas: por exemplo, os reflexos das variações conjunturais do mercado de trabalho no período 1992/98 — crise do início da década, abrandamento da crise (1993-95), crise pós-Real — não são captados ao se manejarem desempenhos médios das variáveis. A evolução ao longo do período será abordada considerando-se estratos de tempo de residência mais amplos: menos de três anos de residência; de três anos a menos de cinco; de cinco anos a menos de 10; sendo complemento desses estratos: naturais ou migrantes com 10 ou mais anos de residência na Região Metropolitana de Porto Alegre. Ainda em função da amostra e de eventuais erros amostrais, considerou-se outro corte temporal na estratificação da população migrante: os residentes há menos de cinco anos e seu complemento para a análise de algumas características (horas trabalhadas, posição na ocupação, rendimento, etc.).

Os grupos de migrantes no mesmo estrato de tempo de residência na RMPA em distintos momentos podem introduzir vieses nas distribuições, uma vez que, por exemplo, em dois anos consecutivos, na população expandida, parte desses grupos é comum. Se considerados transversalmente os diferentes grupos, a análise caracteriza-se como de período, e estar-se-ia comparando condições e situações de grupos populacionais distintos segundo a característica tempo de permanência. Ao ser olhado o mesmo estrato, os grupos, conforme já indicado, não são disjuntos. A avaliação de vieses seria possível em análise de coorte. Esta, entretanto, é dificultada por limitações da amostra. Deve ser destacado, porém, que, ao proceder à análise, cujos limites foram expostos anteriormente, está sendo privilegiada a avaliação das situações do mercado de trabalho migrante, e a característica de duração de permanência no espaço metropolitano constitui elemento importante na delimitação da “qualidade” da inserção ocupacional.

2 - Aspectos da Região Metropolitana de Porto Alegre

A Região Metropolitana de Porto Alegre constitui um aglomerado urbano polarizado pela capital do Estado do Rio Grande do Sul, abrangendo 22 municípios. Na RMPA, reside uma população da ordem de 3,5 milhões, equivalente a pouco mais de 30% da população estadual. A RMPA constitui o principal pólo econômico do Estado, concentrando, em 1990, 45% do PIB gaúcho e 53% do produto industrial estadual (conforme estimativas da FEE, apud De Toni *et al.*, 1993.). É interessante observar-se que, até meados da década de 80, o Estado era a terceira economia industrial entre as unidades da Federação. O parque industrial metropolitano apresenta-se relativamente diversificado, constituindo os segmentos metal-mecânico (a produção de bens intermediários é representativa) e vestuário (especialmente em termos da indústria coureiro-calçadista), grupamentos importantes no Setor Secundário metropolitano.

A dinâmica econômica crítica dos anos 80 e início dos 90 refletiu-se diferenciadamente na RMPA: nos municípios ao norte da área, nos quais a indústria coureiro-calçadista se apresenta quase como uma especialização, os reflexos foram menos severos, dada a orientação importante desse segmento industrial à exportação internacional (FIGUEIREDO, 1993); nos municípios no entorno de Porto Alegre e na própria Capital, nos quais predomina a indústria de bens intermediários orientados ao mercado nacional e a indústria de alcance regional, os efeitos foram mais marcados. Em estudos da Metroplan, o órgão de planejamento metropolitano, estima-se em 60 mil a perda de postos de trabalho no setor industrial da RMPA, na década de 80, significando algo como 25% dos empregos existentes no setor em 1980 (FIGUEIREDO, 1993; FIGUEIREDO, s.d.); destes, 20 mil correspondem a Porto Alegre, representando, aproximadamente, um terço dos empregos industriais no núcleo metropolitano, no início do período.

Esses elementos indicam, já no início dos anos 90, conjunturas problemáticas no mercado de trabalho e no conjunto de oportunidades ocupacionais na área metropolitana em análise. A crise dos anos 80, portanto, deixou marcas no espaço metropolitano porto-alegrense, particularmente no âmbito de interesse deste estudo: o mercado de trabalho. Ao final dessa década, cuja dinâmica econômica abrangeu recessão (1981-83), recuperação econômica (1984-86) e estagnação com pequeno crescimento (1987-89), a taxa de ocupação na Região Metropolitana de Porto Alegre, considerando-se apenas empregos regulares, declinou em quatro pontos percentuais, atingindo 32% em 1991 (FIGUEIREDO, s.d.).

A década de 90 iniciou em contexto problemático, tanto do ângulo econômico como do conjunto de oportunidades ocupacionais, que se agravava com a crise econômica de 1990-92. A essa crise, cujos contornos remetem à inserção brasileira subordinada no âmbito da economia internacionalizada, seguiu-se um período de retomada de crescimento econômico, abrangendo o período 1993-95 (BALTAR, 1996). É importante considerar, focalizando-se o mercado de trabalho, que novos elementos, além dos reflexos da crise na produção e na distribuição, colaboraram para a delimitação dos níveis de emprego e ocupação. Estes levam a tendências de redefinição das relações de trabalho capitalistas centradas no assalariamento. A nova crise recessiva iniciada em 1995 parecia responder à política industrial implantada então (BALTAR, 1996), refletindo-se claramente no mercado de trabalho da RMPA (Tabelas 1 a 6).

Almeida e Lorangeira (1996) analisam comparativamente os mercados de trabalho da RMPA e da RMSP no período da recuperação econômica dos anos 90, identificando, nestes, tendências de mudança nas relações sociais de produção, traduzidas no crescimento do desassalariamento e na incidência de relação assalariada desprovida de proteção social: assalariamento sem carteira assinada; enfatize-se, mesmo no período de recuperação econômica. É interessante observar que, até nos períodos recentes de ascensão econômica, os níveis anteriores de emprego não foram recompostos. Sabóia (1994) já identificou tendências de desassalariamento e assalariamento sem carteira assinada na década de 80, associadas, parcialmente, à crise desse período em todas as Regiões Metropolitanas cobertas pela PME.

Esses estudos indicam pontos importantes a serem considerados nesta análise, particularmente a sua incidência na população migrante. A esse segmento do mercado de trabalho tradicionalmente estava atribuída a inserção ocupacional precária¹¹, desde o contexto da marginalidade urbana dos anos 60 e 70.

3 - Análise e avaliação da inserção ocupacional dos migrantes na RMPA

Em linhas gerais, o migrante em idade ativa está vocacionado para o mercado de trabalho em níveis mais elevados que a população em geral, particularmente em relação à população natural e à migrante com 10 ou mais anos de residência na RMPA (Tabela 5): enquanto na população total e na

¹¹ Ver, por exemplo, o estudo de Machado e Andrade (1995).

população migrante com 10 ou mais anos de residência a taxa de participação¹², no período 1992-97, situou-se em 55%, nos grupos com menos de 10 anos de residência foi superior a 61% em termos médios; no mesmo período. Em parte, essa situação remete à seletividade etária da condição migratória; entretanto a incorporação à População Economicamente Ativa dos migrantes é mais elevada em todas as faixas etárias e, em termos tendenciais, exceção ao grupo etário mais jovem, crescente à medida que aumenta o tempo de permanência no espaço metropolitano.

A variação da incorporação dos migrantes à PEA reflete diferencialmente a conjuntura econômica, afetando, em particular, o contingente mais recente de migrantes (menos de três anos de residência). Embora esse contingente migrante tenha apresentado taxa de participação decrescente no período, o declínio de participação de 3,2 pontos percentuais entre 1995 e 1996 é o mais expressivo no conjunto da categoria, no período de análise e no conjunto dos contingentes segundo os diferentes *status* migratórios (o declínio da taxa de participação na População em Idade Ativa migrante com seis ou mais anos e natural situou-se em 1%). Com essa ressalva, os efeitos de uma possível mudança de classe etária de grupos migrantes, segundo o tempo de residência, parece indicar transferência para a condição de inatividade da PIA, em resposta a conjunturas restritivas do mercado de trabalho sugerido por Dedecca (1996) e encontrado por De Toni *et al.* (1993) na Região Metropolitana de Porto Alegre. Em relação à classe de migrantes com tempo de residência de três a menos de seis anos de residência, o movimento da taxa de participação é distinto: de um lado, a taxa de participação declina de 64,4% em 1992 (ressalte-se, trata-se de nove meses de pesquisa) para o patamar de 62% em 1993, permanecendo, *grosso modo*, estável até 1995, elevando-se na passagem para 1996 um ponto percentual e repetindo o desempenho entre 1996 e 1997. Esse resultado pode resultar da passagem de parte do contingente com menos de três anos de residência para o contingente três a seis anos, conduzindo para o novo grupo sua condição de atividade. Tentativamente, busca-se complementar a análise considerando os dados longitudinalmente para os grupos de migrantes com até três anos de residência em 1992 e 1993; a primeira coorte muda de classe segundo o tempo de residência em 1995, ainda não sob os efeitos mais severos de políticas recessivas; entretanto a taxa de participação declina em torno de 1% (acrescenta-se o efeito da passagem de migrantes que remigram, como sugerido por Martine

¹² A taxa de participação indica a proporção de pessoas com 10 anos e mais incorporada ao mercado de trabalho como ocupada ou desempregada

e Pelliano (1978)); a segunda coorte, porém, eleva sua taxa de participação de 62,7% para 64,6%, mas essa elevação pode ocorrer sobre um contingente numericamente inferior (Tabela 2).

A Tabela 11 permite avaliar o efeito idade sobre a inserção na PEA. A taxa de participação do contingente de 10 a 17 anos dos migrantes, em termos médios no período de análise, é significativamente mais elevada do que na população total e na população não migrante ou residente há mais de 10 anos. A taxa de participação desse grupo etário declina de 33,9% entre os recém-chegados para 18,0% na população total e 17,2% na população complemento dos migrantes com menos de 10 anos de residência. Entre os migrantes com menos de 10 anos de residência, é representativo, embora em nível menor, o declínio da participação no mercado de trabalho e nas oportunidades ocupacionais do grupo mais jovem (10 a 17 anos), à medida que aumenta o tempo de residência. Considerando-se o grupo de migrantes com até um ano de residência e o grupo com mais de cinco a 10 anos de residência na RMPA, o declínio é superior a 10 pontos percentuais (de 34% para 22%). A explicação para a amplitude da variação parece residir na possível concentração, nessa faixa etária, do migrante recém-chegado, que tem como limite superior próximo aos 18 anos, enquanto nos demais grupos de migrantes incidiria diferencialmente a migração compulsória, em idades menores que 10 anos, o que, combinado à possível melhoria da inserção ocupacional dos pais, associada ao tempo de residência, resultaria em maior representatividade das condições de inatividade dos jovens (frequência escolar, por exemplo). Essa hipótese é reforçada se considerada a ampliação das taxas de participação do grupo de 18 a 24 anos de idade quando se passa de até um ano de residência para o de um a três (70,7% para 71,4%, que, *grosso modo*, permanece constante para os distintos grupos etários). O tamanho da amostra e seu desenho colocam restrições para uma consideração mais efetiva de análise de coorte, mas entende-se que as indicações são sugestivas.

O tempo de permanência na Região Metropolitana de Porto Alegre parece ser fator importante no conjunto de condições gerais do trabalhador migrante. Mesmo para cinco anos de residência, marcam-se diferenças representativas entre o migrante e a população natural, indicando que, pelo menos no contexto restritivo do conjunto de oportunidades ocupacionais, cinco anos de permanência não é suficiente para o estabelecimento de condições relativamente homogêneas no mercado de trabalho entre migrantes com tempo de residência inferior a esse corte temporal e naturais e migrantes residindo há mais de cinco anos na RMPA. Em termos de jornada de trabalho, incidência de subemprego, rendimento, etc., os ocupados migrantes no estrato menos de cinco anos de residência situam-se em posição inferior ao restante da população ocupada. A jornada média de

trabalho dos migrantes ocupados é superior para os migrantes com tempo de residência inferior a cinco anos em relação ao restante da população:

- a) a média de horas trabalhadas pelos ocupados migrantes é cerca de uma hora superior ao número médio de horas trabalhadas pelos naturais e migrantes mais antigos;
- b) a proporção de ocupados migrantes há menos de cinco anos na RMPA e que trabalham acima da jornada semanal legal (44h) é superior em três pontos percentuais à proporção similar dos ocupados naturais e migrantes residentes há mais de cinco anos;
- c) esses diferenciais são relativamente invariantes entre os dois estratos ao longo do período; entretanto esses indicadores, para ambos os estratos, declinam após 1995, sugerindo redução de *horas extras*, associada à média de horas trabalhadas, com o agravamento da conjuntura ocupacional de 1996 em diante;
- d) em relação aos migrantes no estrato **até cinco anos de residência**, é importante destacar que sobre esse grupo incidem mais fortemente as condições de subemprego — proporção de ocupados com jornada inferior a 40h semanais, com interesse e disponibilidade de ampliar a jornada. O diferencial de taxas entre os dois estratos aumenta a partir de 1995; destaque-se que os diferenciais por gênero, sem consideração de *status* migratório, é particularmente representativo em todos os anos do período; a taxa de subemprego para mulheres é quase o dobro da referente ao sexo masculino, refletindo, possivelmente, o emprego doméstico — quase atributo feminino — e, neste, a incidência diferencial das diaristas, como encontrado, ainda na década de 80, na Região Metropolitana de São Paulo (MATTOSO, HOFFMANN, 1989);
- e) a hierarquia em termos de rendimento, indicado pela média de rendimento a preços constantes (março de 1998), segundo posição na ocupação, privilegia os naturais e os migrantes residindo há mais de cinco anos na RMPA, em todas as categorias de posição na ocupação, exceto a condição de autônomo;
- f) a incidência de **trabalhadores ligados à execução não qualificados** é maior no grupo de migrantes até cinco anos (22,2%) do que no outro grupo (13,4%); destaque-se uma incidência importante de vínculo de emprego de trabalhadores migrantes a empresas de maior porte (mais de 50 empregados), na ordem de 40% dos ocupados desse estrato. Comparativamente, essa proporção para os naturais e migrantes há

mais de cinco anos situa-se na ordem de cinco pontos percentuais abaixo, sendo, aparentemente, compensada pela proporção de ocupados **trabalhando sozinhos ou com familiares**, que, para esse estrato, supera, no período, em cerca de sete pontos o outro estrato. Isso parece indicar de um lado, a vinculação de parte dos migrantes de cinco anos ou menos de residência a atividades organizadas e, de outro, o aparente requisito de tempo de residência para incorporar-se a alguma atividade na órbita do trabalho individual ou com familiar, na qual deve incidir a modalidade conta própria.

A participação de migrantes no mercado de trabalho é para todos os estratos de migrantes segundo o tempo de residência, para todos os anos do período, mais elevada que a dos naturais, refletindo, de um lado, a procura de trabalho ou de nova inserção ocupacional como motivação importante na migração de População em Idade Ativa. De outra parte, remete à maior incidência de inatividade na população natural ou residente há mais de 10 anos, explicada, em parte, por diferenças de composição etária entre essas populações. A participação no mercado de trabalho da população residente em geral é declinante ano a ano desde 1992 (exceto 1998), reproduzindo um comportamento, identificado por Dedecca (1996) na década de 80, de transferência para a condição de inatividade da população anteriormente direcionada para o mercado de trabalho no contexto de condições restritivas de oferta de postos de trabalho, podendo ser, em períodos de recuperação econômica e ocupacional, reincorporada.

O conjunto das Tabelas 7 a 12 favorece a consideração, em maior detalhe, dos migrantes com menos de um ano de residência, o que permite avaliar as principais características do contingente migrante no entorno do momento da migração, bem como comparar atributos com os de migrantes mais antigos, possibilitando enfocar efeitos de permanência no espaço metropolitano, em termos de inserção ocupacional. Embora o conjunto de agregações para todo o período de migrantes com tempo de residência maior que um ano apresente riscos de potencialmente introduzir vieses pela superposição parcial de grupos em cada um desses estratos pela permanência de contingentes na expansão, como já indicado anteriormente, alguns desses vieses podem ser controlados pela consideração de distintos anos-calendários.

É interessante destacar, em termos de participação no mercado de trabalho dos migrantes com menos de um ano de residência, a incidência do grupo mais jovem da População em Idade Ativa: superior a 30%, representativamente mais elevado do que a mesma taxa nos demais estratos relativos à condição migratória (sugerindo uma incidência de migrantes na proximidade do limite superior do grupo de idades 10 a 17). Nesse grupo etário, observam-se os menores níveis

de diferencial nas taxas de ocupação entre gêneros (na ordem de sete pontos percentuais), relativamente invariante ao longo dos estratos de tempo de residência: para os demais grupos etários, o diferencial entre gêneros dessas taxas é superior a 20%.

A taxa de ocupação¹³ do contingente dos migrantes recém-chegados situa-se, em média no período, em 77,7%, inferior à relativa à População Economicamente Ativa em geral; nesse grupo de migrantes, a ocupação varia conforme o grupo etário, apresentando nítida tendência de crescimento na direção do aumento de idade: 70,3% no primeiro grupo etário, alcançando 80% a partir da classe de idades de 25 a 39 anos. Nos grupos de idade 18 a 24, 25 a 39 e 40 anos ou mais, as taxas de ocupação são crescentes à medida que aumenta o tempo de residência, alcançando o valor de 93,6% para os naturais e migrantes há 10 anos ou mais e de 90% para o grupo de 25 a 39 anos, no mesmo estrato de condição migratória. Esses elementos sugerem dois efeitos em termos de ocupação: idade e tempo de residência.

A composição etária da População Economicamente Ativa residente há menos de um ano na RMPA caracteriza-se pela expressiva participação de jovens, tanto homens como mulheres, como evidenciado pela pirâmide etária. O primeiro grupo etário participa com 11,1%; a participação do contingente com idade inferior a 40 anos situa-se pouco acima de 84%. Nos grupos de migrantes com menos de 10 anos de residência, a participação da população com idade menor que 40 anos é similarmente expressiva, situando-se em patamar superior a 80%, claramente contraposta à participação do mesmo grupo de idades na PEA natural ou residente há 10 anos ou mais.

Em termos de posição na ocupação, os ocupados residentes há menos de um ano na RMPA não diferem significativamente, em termos de participação de assalariados (na ordem de 64%), da população em geral (na ordem de 66%), diferenciando-se mais dos migrantes com menos de 10 anos de residência (na ordem de 70%). Entretanto o assalariamento sem carteira assinada apresenta participação mais marcada nos migrantes recém-chegados (10,4%) do que na população ocupada natural ou residente há 10 anos ou mais (7,2%). Nesse grupo, destaca-se, adicionalmente, a representatividade do serviço doméstico; a participação nos ocupados da categoria serviços domésticos declina com o aumento do número de anos de residência, sendo, aproximadamente, o dobro da proporção de serviços domésticos na população residente há mais de um ano. O assalariamento com carteira assinada aumenta conforme o tempo de

¹³ Taxa de ocupação indica a proporção da PEA que se encontra na situação de ocupados.

residência, mantendo-se na ordem de 51%; entretanto, em relação aos naturais e aos residentes há 10 anos ou mais, situa-se no mesmo nível, *grosso modo*, dos migrantes com até um ano de residência. Isso parece decorrer mais do maior peso dos naturais e residentes há 10 anos ou mais do que do volume do trabalho assalariado sem carteira. Nesse estrato, parece ser a participação das categorias **autônomos e outros** que diminui a participação em relação aos migrantes com um ano ou mais de tempo de residência. Observe-se que o incremento do assalariamento no setor público, segundo os estratos por condição migratória, pode resultar na diferença das proporções. O emprego assalariado no setor público é mais elevado nos estratos de migrantes com um ou mais anos de residência e população ocupada natural (8,7% na população ocupada residente há menos de um ano, 14,5% na população ocupada residente há um ou mais anos na RMPA, ou natural).

A inserção da população ocupada segundo os setores de atividade econômica (Tabela 9) não se diferencia significativamente para os recém chegados e os demais. Na indústria e no comércio, é similar (na ordem de 22% e 17% respectivamente); a participação da construção civil é maior nos migrantes recentes, enquanto, em serviços, a proporção de naturais e residentes há mais de um ano é representativamente mais elevada (em torno de 10 pontos percentuais).

A consideração dos distintos períodos anuais no intervalo 1992-98 permite avaliar modificações no mercado de trabalho e efeitos sobre a incorporação da ocupacional da população migrante. Em termos gerais, a consideração do conjunto de indicadores segundo cada ano evidencia uma queda marcada da participação e da ocupação entre 1995 e 1996, subsequente à tendência relativamente ascendente no período 1992-96, em compasso com a evolução da economia¹⁴.

Inicialmente, a participação no mercado de trabalho dos migrantes residentes há menos de um ano evidencia o movimento indicado: no período 1992-95, as taxas de participação desse estrato elevaram-se de 61,7% em 1992 para 64,4% em 1995, caindo, em 1996, aproximadamente oito pontos percentuais. A ocupação apresentou comportamento tendencial similar: queda de cinco pontos percentuais entre 1995 e 1996, recompondo, entretanto, *grosso modo*, em 1997, um patamar de 1995, da ordem de 80%. Os estratos de migrantes com tempo

¹⁴ Na abordagem temporal a seguir (Tabelas 1 a 6), os dados e as informações relativos a 1998 não serão considerados individualmente, dada a realização de apenas quatro levantamentos; entretanto estão considerados nas médias gerais do período de análise.

de residência maior que um e inferior a 10 anos, em termos de participação, não sofreram variações significativas, flutuando em valores pouco superiores a 60%. A participação do estrato dos naturais ou residentes há 10 anos ou mais declina ao longo do período, embora em intervalo relativamente estreito (valor máximo de 57,3% em 1992, valor mínimo de 53,2% em 1997).

A ocupação dos componentes da População Economicamente Ativa é diferenciada em cada ano entre os migrantes residentes há menos de um ano e os demais estratos da População Economicamente Ativa migrante ou natural. Segundo um ângulo generalizante, os migrantes com um ano ou mais de residência na área em cena apresentam taxas de ocupação relativamente próximas entre si, com valores no intervalo de 85% ou mais, enquanto essas taxas para os migrantes recém-chegados se situam abaixo de 81% em todos os anos do período. Os níveis e diferenças para cada ano do período 1992-97 são representativos, situando-se, em média, na ordem de 9,2%, alcançando valores superiores a 12 pontos percentuais (apenas em 1997, o diferencial situou-se abaixo de cinco pontos percentuais).

O declínio do nível de ocupação dos economicamente ativos entre 1995 e 1996 é mais elevado para os recém-chegados (cerca de cinco pontos percentuais), embora razoavelmente elevado para os dois estratos seguintes (um a menos de três e três a menos de cinco, na ordem de quatro pontos percentuais) e menos importante para os demais. Em resumo, a crise recessiva parece ter apresentado efeitos mais severos sobre a ocupação dos migrantes residentes há menos de cinco anos na RMPA. O abrandamento entre 1996 e 1997 não recupera os níveis de 1995, e destaca-se a preservação de diferencial elevado entre as taxas de ocupação dos recém-chegados e os demais estratos (na ordem de 10 pontos percentuais).

4 - Considerações finais

Nesta seção, busca-se resumir os principais elementos identificados na problemática migração e mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre, nos anos 90.

Em termos gerais, a pesquisa de base permite captar um declínio da presença de migrantes recentes na composição da população residente na RMPA. Essa constatação sugere o arrefecimento de migrações orientadas para a RMPA, associada ao movimento restritivo do mercado de trabalho (de encolhimento), intervindo sobre as decisões de migrar para a RMPA. Pode-se, inclusive, inferir que a crise de emprego e de oportunidades ocupacionais desde

os anos 80 constituiu fator importante na queda do ritmo de crescimento populacional metropolitano, evidenciada no período intercensitário 1980-91 e na Contagem de População de 1996.

A seletividade migratória marca-se claramente em relação à idade: de forma geral, os migrantes em idade ativa situam-se nos grupos adultos jovens e voltados ao mercado de trabalho em proporção claramente superior aos naturais e migrantes antigos. Essa característica de altos níveis de atividade reforça o efeito idade ao mesmo tempo em que evidencia a dimensão do motivo trabalho nas decisões de migrar. Ao ser considerada a incidência elevada de participação de jovens migrantes (no grupo etário de 10 a 17 anos) com até um ano de residência na RMPA, pode-se sugerir uma orientação ao mercado de trabalho de várias pessoas do grupo familiar (hipótese a ser investigada em estudos posteriores) nos primeiros tempos da migração. Adicionalmente, percebe-se o declínio dos níveis de atividade dos grupos migrantes com tempo de residência na área metropolitana à medida que cresce o tempo, orientando-se, possivelmente, aos níveis de atividade da população natural e da migrante antiga.

Os migrantes recentes na PEA e os naturais ou migrantes antigos na PEA apresentam estrutura quanto ao nível de instrução sem diferenças marcantes (embora a proporção de baixos níveis de escolaridade seja mais representativa nos migrantes com até um ano de residência que nos demais) e com incidência de pessoal com nível de instrução superior compatível (7,5% nos migrantes recentes; 8,5% nos demais). Isso sugere que, nos locais de origem, ocorre uma seletividade por nível de instrução.

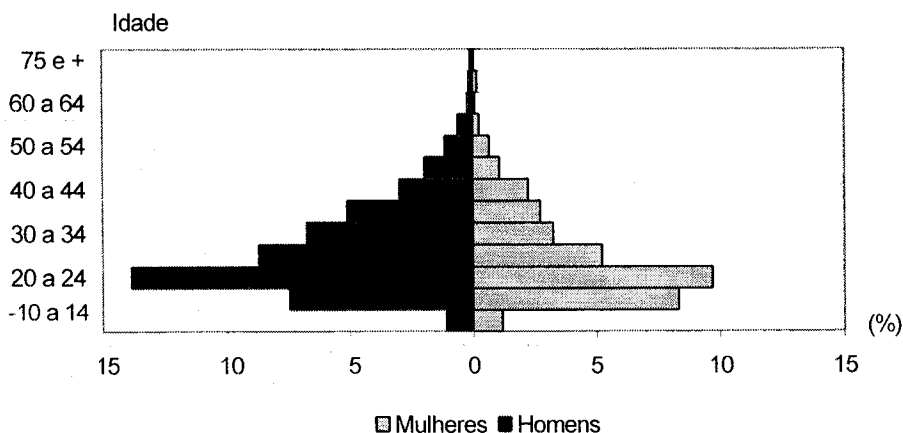
No período 1992/98, considerando-o em conjunto, a condição migratória introduz qualidade de inserção aos migrantes recentes inferior à dos demais. Essa condição de inferioridade qualitativa não desaparece mesmo aos cinco anos completos de residência no espaço metropolitano. A diferença é mais marcante entre os migrantes residentes há menos de um ano e os demais migrantes ou naturais, sugerindo que a barreira de um ano de residência é crucial para a inserção no mercado de trabalho.

Em média, os migrantes com menos de cinco anos de residência na RMPA ganham menos, trabalham mais, estão dispostos a trabalhar mais horas, etc. Destaca-se, entretanto, que parte representativa dos migrantes recentes está incorporada ao setor industrial, em nível similar aos demais ocupados. Tal parece sugerir que as condições de informalidade não incidem de forma claramente diferenciada sobre migrantes recentes; essa hipótese reforça-se quando comparadas população ocupada migrante recente e não-migrante recente, segundo as categorias de assalariamento e assalariamento com carteira assinada.

Finalmente, os dados sugerem que, com o agravamento da crise econômica impondo incremento das condições restritivas do mercado de trabalho e de oportunidades ocupacionais, os migrantes sofrem diferentemente esses efeitos, especialmente os residentes há menos de um ano: as taxas de desemprego são aproximadamente o dobro das dos economicamente ativos naturais ou migrantes antigos. Adicionalmente, a diminuição dos volumes de migração anual para a RMPA, captados pela PED-RMPA, aponta uma outra resposta à crise metropolitana de emprego e ocupação: o enfrentamento de condições severas em um meio desconhecido, RMPA, torna mais tolerável as condições de vida e de existência nos locais de origem, para cujas condições ocupacionais não se tem tratamento sistemático.

Gráfico 1

Pirâmide etária da PEA com menos de um ano de residência na RMPA — abr./92-abr./98



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Tabela 1

Distribuição percentual da população natural e migrante segundo o tempo de residência na RMPA — abr./92-abr./98

ANOS	MENOS DE 1 ANO	DE 1 A MENOS DE 3 ANOS	DE 3 A MENOS DE 5 ANOS	DE 5 A MENOS DE 10 ANOS	NÃO-MIGRANTE E MIGRANTE COM MAIS DE 10 ANOS	TOTAL
1992	3,3	5,7	6,5	15,1	69,4	100,00
1993	3,0	5,7	6,3	15,2	69,8	100,00
1994	2,8	5,4	5,6	14,3	71,9	100,00
1995	2,9	5,3	5,5	13,8	72,5	100,00
1996	2,5	4,9	5,0	13,0	74,6	100,00
1997	2,6	4,9	5,1	12,7	74,7	100,00
1998	2,9	4,8	5,2	12,1	75,0	100,00
Total	2,8	5,3	5,6	13,9	72,4	100,00

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Tabela 2

Distribuição percentual da População em Idade Ativa natural e migrante, segundo o tempo de residência na RMPA — abr./92-abr./98

ANOS	MENOS DE 1 ANO	DE 1 A MENOS DE 3 ANOS	DE 3 A MENOS DE 5 ANOS	DE 5 A MENOS DE 10 ANOS	NÃO-MIGRANTE E MIGRANTE COM MAIS DE 10 ANOS	TOTAL
1992	1,6	2,3	3,1	7,0	86,0	100,00
1993	1,4	2,3	2,7	7,1	86,5	100,00
1994	1,1	2,1	2,2	6,5	88,1	100,00
1995	1,1	2,0	2,2	5,9	88,8	100,00
1996	1,1	1,8	1,9	5,1	90,1	100,00
1997	1,1	1,8	1,9	4,9	90,3	100,00
1998	1,2	1,8	1,7	4,6	90,7	100,00
Total	1,2	2,0	2,3	6,0	88,5	100,00

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Tabela 3

Distribuição percentual da População Economicamente Ativa natural e migrante segundo o tempo de residência na RMPA — abr./92-abr./98

ANOS	MENOS DE 1 ANO	DE 1 A MENOS DE 3 ANOS	DE 3 A MENOS DE 5 ANOS	DE 5 A MENOS DE 10 ANOS	NÃO-MIGRANTE E MIGRANTE COM MAIS DE 10 ANOS	TOTAL
1992	1,7	2,6	3,4	7,7	84,6	100,00
1993	1,5	2,6	3,0	7,9	85,0	100,00
1994	1,3	2,4	2,5	7,3	86,5	100,00
1995	1,3	2,3	2,4	6,7	87,3	100,00
1996	1,1	2,0	2,2	5,8	88,9	100,00
1997	1,2	2,0	2,3	5,6	88,9	100,00
1998	1,2	2,2	2,0	5,4	89,2	100,00
Total	1,3	2,3	2,6	6,8	87,0	100,00

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Tabela 4

Distribuição percentual dos ocupados naturais e migrantes segundo o tempo de residência na RMPA — abr./92-abr./98

ANOS	MENOS DE 1 ANO	DE 1 A MENOS DE 3 ANOS	DE 3 A MENOS DE 5 ANOS	DE 5 A MENOS DE 10 ANOS	NÃO-MIGRANTE E MIGRANTE COM MAIS DE 10 ANOS	TOTAL
1992	1,5	2,6	3,3	7,6	85,0	100,00
1993	1,3	2,6	3,0	8,0	85,1	100,00
1994	1,2	2,3	2,5	7,3	86,7	100,00
1995	1,2	2,3	2,5	6,8	87,2	100,00
1996	0,9	2,0	2,2	6,0	88,9	100,00
1997	1,1	2,0	2,3	5,6	89,0	100,00
1998	1,1	2,0	2,0	5,4	89,5	100,00
Total	1,2	2,3	2,6	6,8	87,1	100,00

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Tabela 5

Taxa de participação dos naturais e migrantes segundo o tempo de residência na RMPA — abr./92-abr./98

ANOS	MENOS DE 3 ANOS	DE 3 A MENOS DE 6 ANOS	DE 6 A MENOS DE 10 ANOS	NÃO-MIGRANTE E MIGRANTE COM MAIS DE 10 ANOS	TOTAL
1992	63,3	64,4	63,8	57,3	58,2
1993	62,7	62,0	63,4	56,1	57,0
1994	61,8	62,1	60,9	54,1	54,9
1995	62,5	62,4	62,9	54,7	55,6
1996	59,3	64,6	61,9	53,8	54,6
1997	59,8	65,7	61,1	53,2	54,0
1998	63,4	65,2	64,2	54,1	55,1
Total	61,8	63,4	62,5	54,8	55,7

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Tabela 6

Taxa de ocupação dos naturais e migrantes segundo o tempo de residência na RMPA — abr./92-abr./98

ANOS	MENOS DE 1 ANO	DE 1 A MENOS DE 3 ANOS	DE 3 A MENOS DE 5 ANOS	DE 5 A MENOS DE 10 ANOS	NÃO-MIGRANTE E MIGRANTE COM MAIS DE 10 ANOS	TOTAL
1992	73,9	86,4	85,5	84,9	86,2	85,9
1993	76,1	88,3	88,9	88,9	87,9	87,8
1994	80,9	86,9	88,8	89,3	88,9	88,7
1995	80,8	90,7	91,0	90,7	89,2	89,3
1996	75,7	86,6	86,9	88,9	86,9	86,9
1997	80,2	84,4	87,5	86,2	86,7	86,6
1998	75,7	78,9	84,7	84,5	85,4	85,1
Total	77,7	86,9	88,0	88,1	87,5	87,4

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Tabela 7

Distribuição percentual da População Economicamente Ativa, natural e migrante, segundo o tempo de residência e idade, na RMPA — abr./92-abr./98

IDADES	MENOS DE 1 ANO	DE 1 A MENOS DE 3 ANOS	DE 3 A MENOS DE 5 ANOS	DE 5 A MENOS DE 10 ANOS	NÃO-MIGRANTE E MIGRANTE COM MAIS DE 10 ANOS	1 ANO E MAIS
De 10 a 17 anos	11,1	7,9	6,1	6,0	6,3	6,3
De 18 a 24 anos	32,7	33,7	30,5	21,7	18,2	19,1
De 25 a 39 anos	40,5	42,0	46,2	53,2	41,6	42,6
De 40 anos e mais .	15,6	16,4	17,2	19,1	33,9	32,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTES: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Tabela 8

Distribuição percentual da População Economicamente Ativa, natural e migrante, segundo o tempo de residência e escolaridade, na RMPA — abr./92-abr./98

ESCOLARIDADE	MENOS DE 1 ANO	DE 1 A MENOS DE 3 ANOS	DE 3 A MENOS DE 5 ANOS	DE 5 A MENOS DE 10 ANOS	NÃO-MIGRANTE E MIGRANTE COM MAIS DE 10 ANOS	1 ANO E MAIS
Sem escolaridade	(1)	(1)	(1)	2,8	2,6	2,6
1º grau incompleto	53,1	48,1	48,8	52,0	44,8	45,6
1º grau completo (2) ..	18,4	19,0	18,3	17,4	21,2	20,8
2º grau completo (3) ..	17,8	21,0	22,5	20,1	22,8	22,5
3º grau completo	7,9	9,5	8,4	7,7	8,6	8,5
Total	100,0	100,0	98,0	100,0	100,0	100,0

FONTES: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria. (2) Inclui 2º grau incompleto. (3) Inclui 3º grau incompleto.

Tabela 9

Distribuição percentual dos ocupados naturais e migrantes segundo o tempo de residência, por setor de atividade, na RMPA — abr./92-abr./98

SETORES DE ATIVIDADES	MENOS DE 1 ANO	DE 1 A MENOS DE 3 ANOS	DE 3 A MENOS DE 5 ANOS	DE 5 A MENOS DE 10 ANOS	NÃO-MIGRANTE E MIGRANTE COM MAIS DE 10 ANOS	1 ANO E MAIS
Indústria de transformação	22,8	24,5	25,1	27,9	21,6	22,2
Construção civil	8,9	6,4	6,6	6,8	6,0	6,1
Comércio	17,0	16,9	15,5	15,6	16,5	16,5
Serviços	36,6	40,2	43,4	41,2	48,8	47,9
Outros	(1)	(1)	(1)	(1)	0,7	0,6
Serviços domésticos	13,8	11,3	8,6	8,1	6,4	6,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Tabela 10

Distribuição percentual dos ocupados, naturais e migrantes, segundo o tempo de residência, por posição na ocupação, na RMPA — abr./92-abr./98

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	MENOS DE 1 ANO	DE 1 A MENOS DE 3 ANOS	DE 3 A MENOS DE 5 ANOS	DE 5 A MENOS DE 10 ANOS	NÃO-MIGRANTE E MIGRANTE COM MAIS DE 10 ANOS	1 ANO E MAIS
Assalariados	63,9	69,7	71,1	69,7	66,2	66,6
Privado com carteira	44,8	51,7	51,6	52,2	44,0	44,9
Privado sem carteira	10,4	7,3	7,9	6,7	7,2	7,2
Público	8,7	10,7	11,6	10,8	15,0	14,5
Autônomos	14,0	12,8	13,8	14,4	17,6	17,2
Domésticos	13,8	11,3	8,6	8,1	6,4	6,7
Outros (1)	8,3	6,2	6,5	7,8	9,8	9,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE

(1) Inclui empregador, profissional universitário autônomo, dono de negócio familiar, etc

Tabela 11

Taxa de participação segundo o tempo de residência, sexo e idade,
na RMPA — abr./92-abr./98

DISCRIMINAÇÃO	FAIXAS ETÁRIAS				TOTAL
	10 a 17	18 a 24	25 a 39	40 e mais	
População com menos de um ano de residência					
Feminino	31,2	59,6	57,3	34,7	47,8
Masculino	37,3	82,8	92,7	68,1	75,3
Total	33,9	70,7	75,8	50,2	61,1
População com um a menos de três anos de residência					
Feminino	24,1	61,9	63,8	35,8	50,6
Masculino	30,8	82,1	93,2	73,3	75,2
Total	27,1	71,4	78,0	54,0	62,3
População com três a menos de cinco anos de residência					
Feminino	19,7	61,5	61,3	39,7	50,4
Masculino	26,8	84,9	96	74,6	77,3
Total	23,1	71,8	78,4	55,9	63,1
População com cinco a menos de 10 anos de residência					
Feminino	18,5	61,6	63,7	38,9	50,7
Masculino	24,5	87,4	95,8	74,4	76,1
Total	21,6	73,3	78,8	55,5	62,8
População com mais de 10 anos de residência					
Feminino	13,6	62,2	62,6	35,8	42,9
Masculino	20,6	84,3	94,7	67,4	67,8
Total	17,2	73,4	77,9	49,9	54,8
População total					
Feminino	14,5	62,0	62,6	36,0	43,7
Masculino	21,3	84,4	94,8	67,8	68,8
Total	18,0	73,1	77,9	50,2	55,7

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Tabela 12

Taxa de ocupação, segundo o tempo de residência, sexo e idade,
na RMPA — abr./92-abr./98

(%)

DISCRIMINAÇÃO	FAIXAS ETÁRIAS				TOTAL
	10 a 17	18 a 24	25 a 39	40 e mais	
População com menos de um ano de residência					
Feminino	67,7	71,1	72,8	82,2	72,9
Masculino	73,1	78,6	83,4	83,2	80,9
Total	70,3	75,3	79,5	83,1	77,7
População com um a menos de três anos de residência					
Feminino	76,8	81,2	85,4	87,7	85,6
Masculino	77,5	89,0	91,2	91,3	89,7
Total	77,2	85,4	88,7	90,1	88,0
População com três a menos de cinco anos de residência					
Feminino	68,5	83,9	87,9	89,6	85,6
Masculino	72,3	89,1	91,3	91,8	89,7
Total	70,6	86,6	90,0	91,0	88,0
População com cinco a menos de 10 anos de residência					
Feminino	60,9	81,0	88,3	91,6	85,5
Masculino	72,7	86,3	92,6	92,0	90,0
Total	67,9	83,9	90,8	91,8	88,1
População com mais de 10 anos de residência					
Feminino	58,3	75,9	88,1	93,3	85,8
Masculino	67,6	81,9	90,8	93,8	88,8
Total	64,0	79,4	89,7	93,6	87,5
População total					
Feminino	59,7	76,8	87,9	93,0	85,5
Masculino	68,4	82,7	90,9	93,6	88,8
Total	64,9	80,2	89,7	93,4	87,4

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Tabela 13

Percentual dos ocupados que trabalham mais de 44 horas semanais,
por tempo de residência na RMPA — abr./92-abr./98

ANOS	MENOS DE 5 ANOS	5 ANOS OU MAIS
1992	39,3	34,9
1993	38,8	35,4
1994	38,4	34,3
1995	42,0	38,8
1996	35,6	34,3
1997	35,9	33,8
1998	33,1	30,6
Total	38,3	35,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Tabela 14

Horas semanais trabalhadas pelos ocupados no trabalho principal,
segundo o tempo de residência na RMPA — abr./92-abr./98

(horas semanais)

ANOS	TEMPO DE RESIDÊNCIA	
	Menos de 5 Anos	5 Anos ou Mais
1992	44,1	42,8
1993	44,4	43,2
1994	44,1	42,8
1995	43,9	42,9
1996	44,0	42,6
1997	43,0	42,7
1998	43,2	41,8
Total	43,9	42,8

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Tabela 15

Distribuição percentual dos ocupados, segundo o tamanho da empresa e o tempo de residência, na RMPA — abr./92-abr./98

DISCRIMINAÇÃO	TRABALHA SOZINHO OU COM FAMILIARES	1 A 5 EMPREGADOS	6 A 49 EMPREGADOS	50 A 499 EMPREGADOS	500 EMPREGADOS E MAIS	NÃO SABE	TOTAL
Ocupados com menos de cinco anos de residência							
1992	16,2	14,1	17,8	18,0	27,8	6,1	100,0
1993	14,2	12,8	18,6	19,6	27,3	7,5	100,0
1994	16,6	12,9	17,1	18,8	24,8	9,8	100,0
1995	19,5	13,4	19,0	17,3	15,5	15,3	100,0
1996	19,0	15,4	20,3	17,7	17,6	10,0	100,0
1997	17,1	12,6	26,6	19,9	17,9	5,9	100,0
1998	20,8	13,0	20,8	18,4	17,8	9,2	100,0
Total	17,1	13,5	19,7	18,5	22,1	9,1	100,0
Ocupados com cinco anos ou mais de residência							
1992	23,2	14,3	17,2	16,9	21,8	6,6	100,0
1993	22,7	13,8	17,9	16,9	21,4	7,3	100,0
1994	22,4	13,2	18,2	17,2	19,1	9,9	100,0
1995	23,8	12,9	16,8	15,5	15,7	15,3	100,0
1996	24,3	14,3	20,1	16,9	16,9	7,5	100,0
1997	25,0	14,2	23,1	18,2	15,1	4,4	100,0
1998	25,5	13,2	22,7	18,0	13,7	6,9	100,0
Total	23,6	13,8	19,1	17,0	18,0	8,5	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE

Tabela 16

Rendimento médio real dos ocupados, por tempo de residência
e posição na ocupação, na RMPA — mar./92-mar./98

TEMPO DE RESIDÊNCIA	(R\$)				
	ASSALARIADOS	AUTÔNOMOS	DOMÉSTICOS	OUTROS (1)	TOTAL
Menos de 5 anos	514	521	180	982	500
Cinco anos e mais	565	507	196	1 075	567

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

NOTA: Em R\$ de março de 1988, inflator utilizado IPC-IEPE

(1) Outros inclui empregador, universitário autônomo, dono de negócio familiar, etc.

Tabela 17

Distribuição percentual dos ocupados, segundo o grupo ocupacional e o tempo
de residência, na RMPA — abr./92-abr./98

GRUPO OCUPACIONAL	TEMPO DE RESIDÊNCIA	
	Menos de 5 Anos	5 Anos e Mais
Empresários	5,1	8,2
Gerência intermediária e direção superior	(1)	2,3
Atividades de planejamento	6,1	6,6
Atividades de execução qualificada	6,4	8,7
Atividades de execução semiqualificada	28,6	31,9
Atividades de execução não qualificada	22,2	13,4
Apoio-serviços operacionais	7,1	7,6
Apoio-escritório	4,5	5,3
Apoio-serviços gerais	6,3	6,4
Outros	11,6	9,6
TOTAL	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Tabela 18

Meio de sobrevivência dos desempregados com menos de cinco anos
de residência na RMPA — abr./92-abr./98

(%)				
MEIO DE SOBREVIVÊNCIA	1992	1993	1994	1995
Trabalhos irregulares, ocasionais, bicos	22,2	19,2	15,4	10,4
Ajuda de parentes e/ou conhecidos	20,6	23,3	19,8	24,6
Outra(s) pessoa(s) da família têm trabalho	40,7	42,3	45,8	49,0
Outros (1)	16,5	15,2	19,0	16,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0
MEIO DE SOBREVIVÊNCIA	1996	1997	1998	TOTAL
Trabalhos irregulares, ocasionais, bicos	12,4	10,0	9,0	15,1
Ajuda de parentes e/ou conhecidos	28,8	33,3	30,3	25,2
Outra(s) pessoa(s) da família têm trabalho	40,5	39,3	44,3	42,8
Outros (1)	18,3	17,4	16,4	16,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

(1) Inclui FGTS, seguro-desemprego, pensão ou aposentadoria e outros.

Tabela 19

Meio de sobrevivência dos desempregados com cinco anos ou mais
de residência na RMPA — abr./92-abr./98

(%)

MEIO DE SOBREVIVÊNCIA	1992	1993	1994	1995
Trabalhos irregulares, ocasionais, bicos	22,0	20,9	15,2	12,2
Ajuda de parentes e/ou conhecidos	16,6	18,4	17,1	21,7
Outra(s) pessoa(s) da família têm trabalho ...	46,6	46,5	53,3	49,8
Dinheiro de FGTS	4,2	4,2	3,3	5,1
Dinheiro do seguro-desemprego	2,9	2,3	2,9	3,5
Pensão ou aposentadoria	1,6	1,3	1,7	1,7
Outros	6,1	6,4	6,5	6,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

MEIO DE SOBREVIVÊNCIA	1996	1997	1998	TOTAL
Trabalhos irregulares, ocasionais, bicos	14,1	13,4	11,2	16,0
Ajuda de parentes e/ou conhecidos	27,9	28,7	28,9	22,5
Outra(s) pessoa(s) da família têm trabalho ...	41,9	41,7	44,1	46,1
Dinheiro de FGTS	5,6	4,7	4,9	4,6
Dinheiro do seguro-desemprego	4,7	5,1	3,7	3,6
Pensão ou aposentadoria	1,5	2,2	2,1	1,7
Outros	4,3	4,2	5,1	5,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Tabela 20

Taxa de subemprego da população ocupada segundo o tempo de residência,
na RMPA — abr./92-abr./98

(%)				
TEMPO DE RESIDÊNCIA	1992	1993	1994	1995
Menos de 5 anos	9,7	6,5	5,1	5,1
Cinco anos ou mais	8,8	5,7	4,3	3,9
TOTAL	8,9	5,8	4,3	4,0

TEMPO DE RESIDÊNCIA	1996	1997	1998	TOTAL
Menos de 5 anos	6,3	6,8	7,7	6,6
Cinco anos ou mais	5,8	5,6	5,9	5,6
TOTAL	5,8	5,6	6,0	5,7

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

NOTA: Foi considerado subemprego por jornada de trabalho reduzida para os indivíduos que tiveram uma jornada de trabalho inferior a 40 horas semanais, que desejavam e tinham disponibilidade de trabalhar mais.

Tabela 21

Taxa de subemprego da população ocupada, segundo o sexo, na RMPA — abr./92-abr./98

(%)								
SEXO	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	TOTAL
Feminino	12,8	8,1	6,3	5,8	8,0	8,0	8,6	8,1
Masculino	6,2	4,2	3,0	2,8	4,3	4,0	4,3	4,0
TOTAL	8,9	5,8	4,3	4,0	5,8	5,6	6,0	5,7

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

NOTA: Foi considerado subemprego por jornada de trabalho reduzida para os indivíduos que tiveram uma jornada de trabalho inferior a 40 horas semanais, que desejavam e tinham disponibilidade de trabalhar mais.

Bibliografia

- ALMEIDA, Marilis, LARANGEIRA, Sônia M. G. (1996). Tendências do mercado de trabalho para os anos 90: estudo comparativo das Regiões Metropolitanas de São Paulo e de Porto Alegre. **Indicadores Econômicos**, Porto Alegre : FEE, v. 24, n. 3, p.264-280, dez.
- AZZONI, Carlos Roberto (1995). Formação sócio-espacial metropolitana, novas tendências / evidências? In: GONÇALVES, Maria Flora, org. O novo Brasil urbano: impasses / dilemas / perspectivas. Porto Alegre : Mercado Aberto. p. 289-303.
- BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade (1996). Abertura da economia e emprego no Brasil dos anos 90. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10., Caxambú. **Anais...** Belo Horizonte : ABEP p. 321-35, v.1.
- DE TONI, Miriam et al. (1993) O mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre. **Ensaio FEE**, Porto Alegre : FEE, v. 14, n. 1, p.601-631.
- DEDECCA, Cláudio Salvadori (1996) Participação econômica, ocupação e desemprego metropolitanos (1982-92). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10., Caxambú. **Anais...** Belo Horizonte : ABEP. p. 385-405, v.1.
- FIGUEIREDO, Maria Peres (1993). **Análise da indústria de transformação na Região Metropolitana de Porto Alegre – 1971/91**. Porto Alegre : METROPLAN.
- FIGUEIREDO, Maria Peres (s.d.). **O comportamento dos empregos na Região Metropolitana de Porto Alegre – 1971/88**. Porto Alegre : METROPLAN.
- GONÇALVES, Maria Flora, org. (1995). **O novo Brasil urbano: impasses / dilemas / perspectivas**. Porto Alegre : Mercado Aberto.
- MACHADO, Ana Flávia, ANDRADE, Mônica Viegas. (1995). **Setor informal: porta de entrada para o migrante?** Belo Horizonte : CEDEPLAR. (Texto para Discussão, 93).
- MARTINE, G., PELLIANO, J. C. (1978). **Migrantes no mercado de trabalho metropolitano**. Brasília : IPEA/IPLAN. (Série para o Planejamento).

MATTOSO, Jorge Eduardo, HOFFMANN, Marise B. Pimenta (1989). O subemprego na Grande São Paulo segundo os principais enfoques e critérios de medição. In: O MERCADO de trabalho na Grande São Paulo. São Paulo : SEADE.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO NA GRANDE SÃO PAULO (s.d.). Migração e mercado de trabalho da Grande São Paulo. **Boletim n.44**, São Paulo : SEADE/ DIEESE.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO NA GRANDE SÃO PAULO (s.d.). Inserção do migrante recente no mercado de trabalho da Grande São Paulo. **Boletim n.30**, São Paulo : SEADE/ DIEESE.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO NA GRANDE SÃO PAULO (s.d.). O impacto da migração recente e a inserção do migrante recente no mercado de trabalho da Grande São Paulo. **Boletim n.15**, São Paulo : SEADE/ DIEESE.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO NA GRANDE SÃO PAULO. (s.d.). Absorção dos migrantes pelo mercado de trabalho da Grande São Paulo. **Boletim n.20**, São Paulo : SEADE/ DIEESE.

SABÓIA, João (1994). Tendências do mercado de trabalho metropolitano: des(assalariamento) da mão-de-obra e precarização das relações de trabalho. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz, SANTOS JUNIOR., Orlando Alves, orgs. **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1994.